

Jornal da Tarde

12/7/1986

“Uma tragédia, que não pode se repetir.”

É o que diz o secretário da Segurança, Eduardo Muylaert, que ainda não sabe de quem é a culpa.

Como saber exatamente o que aconteceu em Leme? Para o secretário da Segurança Pública e da Justiça do Estado, Eduardo Muylart, somente através da apuração dos fatos. Num dia tumultuado, durante o qual passou a maior parte do tempo conversando com as mais variadas autoridades, de São Paulo e de Brasília, Muylaert resumiu assim a cena dos mortos e feridos:

— O quadro ainda é nebuloso. Foi uma grande tragédia. Não se pode indicar, no momento, com certeza, de quem é a culpa. Fala-se em tiros a esmo. Fala-se em confronto. Sabemos como terminou: uma tragédia, que não se pode repetir.

Essas foram as palavras de Muylaert, no começo da tarde de ontem, depois de uma avaliação que lhe tomou toda a manhã e o telefone não parando de chamar — desde o deputado Ulysses Guimarães até o deputado Eduardo Suplicy, ligando para ele de Angra dos Reis, no Rio, vários outros deputados e os indispensáveis contatos com o Palácio dos Bandeirantes.

Cinco minutos de tiros

Enquanto isso, chegava ao gabinete do secretário o telex enviado pelo delegado seccional de Rio Claro, José Tejero (que tem jurisdição sobre Leme), fazendo um resumo dos fatos pelo que até então havia sido apurado: a cena dos tiros demorou de quatro a cinco minutos, e teve início com o ônibus Mercedes Bens, placas HP-6547, transportando 43 cortadores de cana, sendo interceptado por um Opala de cor azul-escuro, placas MI-9964, de São Paulo. Posteriormente, se saberia que essas placas eram frias e pertenciam ao Opala da Assembléia Legislativa de São Paulo com placas brancas GC-8738, ocultas sob o banco traseiro.

Conforme as apurações policiais, esse veículo pertence ao deputado Geraldo Siqueira, do PT, e no momento que fechou o ônibus estava sendo ocupado pelos deputados José Genoíno Neto, Djalma de Souza Bom, o candidato a vice-governador na chapa de Eduardo Suplicy, Paulo Azevedo, todos do PT, e ainda um homem identificado apenas como Chicão. Ao volante, estava o motorista Jeremias Rodrigues Marques, funcionário da Assembléia Legislativa.

Segundo o motorista do ônibus que conduzia os bóias-frias, Orlando de Souza, que foi ferido a bala, os tiros iniciais partiram do interior do Opala. Essa versão foi, entretanto, desmentida pelo presidente regional da CUT, Wilson Santa Rosa, que ontem prestou depoimento na delegacia de Leme. Ele afirmou que a PM começou o tiroteio.

A polícia informou que foram apreendidos quatro veículos: além do Opala com placas frias, mais um Opala da Assembléia Legislativa de São Paulo, placas GY 1929, pertencente ao deputado Anísio Batista, do PT, dirigido pelo motorista Manoel Carlos Santos.

Com relação especificamente ao Partido dos Trabalhadores, o secretário Muylaert disse que "havia parlamentares próximo ao local desde o dia anterior", e informou que "alguns teriam sofrido escoriações." Com sutileza, mas com firmeza, o secretário da Segurança declarou: "a questão trabalhista tem de ser tratada como tal — nenhum setor pode exacerbar":

— Quem quer que tenha dado origem aos fatos tem que responder pelos seus atos, já que perdemos o principal: duas vidas humanas. Este episódio deve alertar as consciências democráticas.

Provocações

Muylaert acha que a área conflagrada atraiu "interesses", e que, na zona canavieira, a Polícia Militar tem agido conforme as orientações que tem recebido. Citando o caso de Guariba ("houve excesso e os responsáveis foram punidos"), o secretário da Segurança estabelece uma diferença: "o quadro da cidade de Leme é um quadro de provocação, e nós vamos saber como isso aconteceu".

A Polícia informou que entre os veículos apreendidos em Leme está um Gol amarelo, placas 7647, pertencente ao Centro de Formação de Estudos Sindicais de Campinas. A Polícia informou, também, que além dos 17 feridos, mais cinco policiais-militares receberam ferimentos.

No Quartel do Comando Geral da Polícia Militar em São Paulo, o coronel Teseo Darcy Bueno de Toledo, comandante-geral, informou que o ônibus que conduzia os bóias-frias estava sendo escoltado por uma viatura da corporação. Além disso, mais quatro policiais militares encontravam-se no interior do ônibus. Conforme o comandante-geral da PM, essa escolta estava sendo feita porque os trabalhadores que ocupavam o ônibus portavam um salvo-conduto, expedido pelo juiz de Direito local, garantindo a eles o direito de trabalhar — e a PM fazia a segurança do coletivo exatamente por essa razão.

O Comando Geral fez uma avaliação de toda a situação, destacando que o movimento de reivindicações dos cortadores de cana teve início no dia 27 de junho, na cidade de Araras, "sem violência". A PM vinha acompanhando, disse o coronel Teseo, "preocupada apenas em proteger o patrimônio e garantir o direito ao trabalho". A partir do dia 27 do mês passado, o movimento foi-se ampliando e chegando às usinas dos municípios de Conchal, Leme, Araras, Cosmópolis e Mogi-Guaçu.

No dia 5 de julho, o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, esteve em Araras: "A PM continuou procurando a solução política, evitando confrontos entre policiais e grevistas". Segundo definiu o coronel Teseo Toledo, após a visita do ministro do Trabalho observou-se "um esvaziamento no movimento, tanto que o índice de retorno ao trabalho chegou aos 75%".

Foi então, conforme relatam oficiais do quartel do Comando Geral da PM, que se passou a registrar "uma intensa movimentação da CUT na região". No dia 8 de julho, alguns grupos ameaçavam investir contra a PM, em áreas de policiamento, pelo fato de caminhões que transportavam trabalhadores passarem a trafegar com escolta. Nos piquetes, foram apreendidos, neste dia 8, revólveres e facões.

A partir daí, relata o comandante geral, "os piquetes tornaram-se violentos, agredindo quem quisesse trabalhar". Foi nesse momento, informam outros oficiais, que os políticos começaram a chegar à região.

Surgiram incêndios criminosos nos canaviais, e a PM foi chamada a intervir. No dia 9 de julho, foi ateado fogo ao canavial da Usina São João, em Araras, que consumiu 41 hectares de plantação de cana, causando prejuízos calculados em Cz\$ 3.500.000. Segundo informações fornecidas por testemunhas que foram à delegacia de Araras, o fogo neste canavial foi ateado por ocupantes de um automóvel Opala, de cor azul escura, sem placas.

As autoridades policiais procuravam estabelecer, ontem à noite, uma ligação entre este carro e o Opala que fechou o ônibus com os bóias-frias. Neste carro da Assembléia Legislativa, foram encontrados — além de porretes, facões e um coldre — vários panfletos com elogios à Líbia e ao general Kadafi. A Polícia Militar, segundo informações do Quartel do Comando Geral, "sabe que existem testemunhas que viram que ocupantes do carro que interceptou o ônibus atiraram contra ele, e que os PMs revidaram" — o que foi confirmado por três bóias-frias.

Laudo técnico

Os projéteis que provocaram as duas mortes, conforme exame necroscópico, eram calibre 38 e não de marca Colt; foram disparados por arma de fabricação nacional. De acordo com o Instituto de Criminalística, os disparos que atingiram as vítimas fatais foram a curta distância: de um a dez metros, no caso de Cibeles Aparecida Manuel (que apresentava uma zona de chamuscamento na região da axila esquerda), e é 20 a 25 metros, no de Orlando Correia.

O caso de Leme foi mais que um ato de desobediência civil, na opinião do delegado Romeu Tuma, diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, para quem a cada dia as autoridades sentem que a situação se agrava, com movimentos de estímulo à violência dos quais participaram entidades trabalhistas. Para Tuma, o governo deveria a partir de agora realizar uma operação de desarmamento, pois "quando trabalhadores chegam ao ponto de atirar em trabalhadores, é um indício de que está chegando ao fim qualquer tipo de tolerância".